



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
Casa Vereador Manoel Etelvino de Medeiros
CNPJ nº 11.983.996/0001-19

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 02/2025. “Dispõe sobre a atualização de vencimentos e gratificações dos funcionários ocupantes de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão do Município de São Mamede-PB para o Exercício Financeiro de 2025, e dá providências correlatas.”

I. BREVE SÍNTESE

Cuida-se de consulta formulada pela Presidência desta Casa Legislativa, objetivando a emissão de parecer jurídico acerca do Projeto de Lei do Executivo nº. 02/2025, que tem por objeto a atualização dos vencimentos e gratificações dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão do Município de São Mamede-PB, visando garantir a revisão geral anual, conforme previsto na Constituição Federal.

Pretende-se verificar a adequação do referido projeto sob os aspectos de legalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com vistas a sua regular tramitação e deliberação no âmbito deste Parlamento Municipal.

É o relatório. Passo à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A priori, salienta-se que a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos encontra amplo amparo no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, que estabelece o seguinte:



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
Casa Vereador Manoel Etelvino de Medeiros
CNPJ nº 11.983.996/0001-19

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §1º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

Esta disposição constitucional visa impedir a perda do poder aquisitivo dos servidores públicos, assegurando-lhes uma justa recomposição salarial, de modo que a ausência dessa revisão implica prejuízos significativos para os servidores, pois a inflação corrói progressivamente os vencimentos, comprometendo a qualidade de vida e a dignidade funcional dos trabalhadores do serviço público.

Portanto, o PL 02/2025 do Executivo encontra salvaguarda nos ditames constitucionais.

Outrossim, cumpre a ressalva de que o Projeto de Lei nº 02/2025 também possui previsão quanto ao pagamento do adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores efetivos que ocupam cargos sujeitos a condições insalubres ou perigosas, conforme laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT), previsão que está em consonância com o artigo 7º, inciso XXIII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais adicional de remuneração para atividades congêneres, e alinha-se a legislação trabalhista vigente.

Dessarte, no caso concreto, o Projeto de Lei nº 02/2025 observa os parâmetros constitucionais e legais pertinentes, garantindo o cumprimento do direito à revisão geral anual e ao recebimento dos adicionais legalmente previstos, e consoante ao seu art. 2º, infere-se que a implementação das disposições contidas na proposição do Executivo não acarretará impactos orçamentários adicionais ou extraordinários, visto que os recursos necessários já se encontram



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE
Casa Vereador Manoel Etelvino de Medeiros
CNPJ nº 11.983.996/0001-19

contemplados nas dotações orçamentárias já previstas para o exercício de 2025, dentro dos limites estabelecidos para a rubrica de despesas com pessoal.

Assim, a execução da norma será viável sem a necessidade de acréscimos financeiros ou ajustes imprevistos, sendo plenamente compatível com o planejamento orçamentário vigente.

Por fim, no que cinge à técnica legislativa, verifica-se que a proposta encontra-se redigida de forma clara e objetiva, em conformidade com as diretrizes da Lei Complementar nº 95/1998, que regulamenta a elaboração das normas jurídicas.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria Legislativa manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Executivo nº 02/2025, tendo em vista sua adequação constitucional e legal, bem como sua compatibilidade com as normas de responsabilidade fiscal.

O projeto atende aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência da administração pública, além de garantir um direito fundamental dos servidores municipais.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento da tramitação para deliberação e votação pelo Legislativo Municipal.

É o parecer.

São Mamede-PB, 17 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br CAMILLA CARVALHO DE ARAÚJO
Data: 17/02/2025 16:11:39-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dra. Camilla Carvalho de Araújo
Procuradora do Legislativo
Câmara Municipal de São Mamede-PB